

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

Aniele Noll Viana da Silva

**COMPORTAMENTO MORAL DE ATLETAS E ESCOLARES PRATICANTES DE
VOLEIBOL**

PORTO ALEGRE

2015

Aniele Noll Viana da Silva

**COMPORTAMENTO MORAL DE ATLETAS E ESCOLARES PRATICANTES DE
VOLEIBOL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do
título de Bacharel em Educação Física da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
Orientador: Adroaldo Cezar Araujo Gaya.

PORTO ALEGRE

2015

Aniele Noll Viana da Silva

**COMPORTAMENTO MORAL DE ATLETAS E ESCOLARES PRATICANTES DE
VOLEIBOL**

Conceito final:

Aprovado em.....de.....de.....

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. - UFRGS

Orientador – Prof. Dr. Adroaldo Cezar Araujo Gaya - UFRGS

Dedico este trabalho a minha querida mãe, Adelina Noll, que nunca mediu esforços para me educar e me transformar no que sou hoje. E a toda minha família, pelo carinho e apoio em todos os momentos da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que iluminou meu caminho nessa jornada. Sem ele com certeza eu não estaria aqui. Obrigada por me abençoar a cada dia.

Ao Professor Doutor Adroaldo Cezar Araujo Gaya, por sua excelente orientação e disponibilidade em todos os momentos solicitados. Sem ele esse trabalho não seria possível.

À minha família, em especial a minha irmã Taís Noll pelo carinho, amor e ajuda em toda minha atividade acadêmica.

Aos meus amigos, Felipe Ben, Felipe Carvalho, Rosana Nitsch, Jéssica Hoffmann, Níbor Guterres e Daniel Muller, pela ajuda na concretização desta pesquisa.

Às adolescentes participantes do estudo.

E em especial ao Fabiano, pelas palavras de apoio nos momentos de dúvidas.

Muito obrigada a todos!

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.”

Chico Xavier

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central verificar e comparar as atitudes de adolescentes atletas de voleibol com adolescentes escolares praticantes de voleibol, frente a dilemas morais em situações de jogo. A partir das informações obtidas nos dilemas, considerando as justificativas e os argumentos apresentados pelas participantes, foram analisadas estas informações baseadas na teoria do desenvolvimento do julgamento moral de Piaget e Kohlberg, nos valores de justiça e honestidade, e sob o ponto de vista do fair-play. Para Piaget (1977), os valores morais na criança são construídos a partir da interação do sujeito com os diversos ambientes sociais, na família, escola, com amigos. E que será com essas vivências que a criança irá construir seus valores, princípios e normas morais. Para Kohlberg (1969; 1984) o desenvolvimento moral obedece a uma sequência progressiva e invariante de estágios cujo fator promocional de mudança de um estágio inferior a outro, qualitativamente superior, é o conflito cognitivo.” com a literatura, verificou-se que as participantes demonstraram algumas atitudes baseadas no respeito mútuo, “espírito esportivo” e “jogo limpo” com a sua equipe, porém nas situações que envolviam o árbitro essas atitudes deixaram a desejar. Demonstrando apenas uma grande preocupação com a equipe e desejo de vitória.

Palavras-chave: Esporte, voleibol, ética, valores morais, fair-play.

ABSTRACT

This research has as its main goal to check and compare the attitudes of teenager volleyball athletes with attitudes of teenager students volleyball players when faced with moral dilemmas during in-game situations. Data gathered, which took into account arguments presented by the participants, were analyzed based on the moral judgement development theory of Piaget and Kohlberg on the values of justice and honesty, under the fair-play point of view. According to Piaget (1977), moral values in children are built from the interaction of the subject to the various social, family, school and friends environments. These experiences will be the ones on which the child will build his values, moral principles and standards. According to Kohlberg (1969; 1984), moral development follows a progressive and invariant sequence of stages where cognitive conflict acts as the promoting factor of change from a lower stage to a qualitatively superior.

Keywords: Sport, Volleyball, ethics, moral values, fair-play.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Respostas ao dilema moral 1.....	25
Figura 2 - Respostas ao dilema moral 2.....	27
Figura 3 - Respostas ao dilema moral 3.....	28
Figura 4 - Respostas ao dilema moral 4.....	30
Figura 5 - Respostas ao dilema moral 5.....	32
Figura 6 - Respostas ao dilema moral 6.....	34
Figura 7 - Respostas ao dilema moral 7.....	36

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 Flair Play	13
2.2 Moral e Ética	15
2.3 Desenvolvimento Moral segundo Piaget.....	17
2.4 Desenvolvimento Moral segundo Kohlberg.....	20
3. METODOLOGIA	24
3.1 Objetivo	24
3.2 Tipo de pesquisa	24
3.3 Sujeitos da pesquisa	24
3.4 Instrumento de coleta de dados	24
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	25
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
6. REFERÊNCIAS	41
7. APÊNDICE A	44
7.1 Termo de consentimento livre e esclarecido	45

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo central comparar as atitudes de adolescentes atletas de voleibol, com adolescentes escolares praticantes do mesmo esporte, frente a dilemas morais, tomando como referência os valores de honestidade e justiça, sob o ponto de vista do *fair-play*.

Vários foram os motivos que me levaram a fazer esta pesquisa, entre eles o fato de ter feito meu trabalho de conclusão de curso de licenciatura em Educação Física sobre desenvolvimento moral, o interesse pessoal de como os indivíduos chegam a assumir os valores que orientam seu comportamento e como ocorre o desenvolvimento moral.

A moralidade de crianças e jovens é uma preocupação marcante dos adultos em geral. Os pais, em especial, preocupam-se com seus filhos, desejando que evitem violar regras e leis e que apresentem comportamentos considerados adequados, mesmo distante de suas vistas. (FINI 1991)

Pode-se constatar um acentuado interesse pelo desenvolvimento moral de crianças e jovens, especialmente por parte da educadores e psicólogos. Há diferentes teorias abordando a moralidade sobre diversos aspectos.

Em uma pesquisa de La Taille, Menin e cols, feita no interior de São Paulo, com adolescentes de escola pública e particular, que procuravam saber exatamente o que indignava esses adolescentes, entre as respostas, há valores de caráter moral, como injustiça e desonestidade. De acordo com o autor, “estas pesquisas confirmam que o desenvolvimento moral está relacionado à quantidade de interações que se apresentam nos ambientes sociais nos quais o indivíduo interage”. (La TAILLE, MENIN e Cols.2009 Pág 39)

Dessa forma, é essencial que haja reflexão sobre os valores, considerando que a moral é um objeto de conhecimento que se aprende racionalmente [...] para que possam ansiar por valores morais, nossos alunos precisam viver situações de respeito, de tolerância, de honestidade, de diálogo... (LA TAILLE, MENIN & Cols. 2009 p. 39)

A definição do que é um valor pode nos ajudar a entender melhor o problema da pesquisa: “um valor pode ser definido como um investimento afetivo que nos move ou que nos faz agir “(PIAGET apud YVES DE LA TAILLE 2009).

“Esses valores morais podem ser justiça, veracidade, honestidade, generosidade e dignidade, entre outros” (LA TAILLE, MENIN Cols 2009 p. 17)

Este trabalho será baseado na teoria do desenvolvimento do julgamento moral de Piaget e Kohlberg, além de outros autores que serão de grande importância para o desenvolvimento da pesquisa.

Para Piaget, no livro “O julgamento moral na criança” (1977 pág 197), os valores morais na criança são construídos a partir da interação do sujeito com os diversos ambientes sociais, na família, escola, com os amigos, e que será com essas vivências, a qual se defronta todos os dias, que a criança irá construir seus valores, princípios e normas morais.

Kohlberg, pesquisador norte-americano, interessou-se pelo estudo do desenvolvimento moral ainda durante seu curso de graduação, estudando a teoria psicanalítica, quanto a formação do super ego, em comparação com o trabalho de Piaget.

Insatisfeito com o enfoque de teoria psicanalítica e teorias de aprendizagem social para explicar a socialização e considerando a aplicabilidade do enfoque cognitivo, Kohlberg dedicou-se ao estudo do desenvolvimento moral, redefinindo os estágios de comportamento moral propostos por Piaget, 1932 (FINI 1991)

A pergunta da moral para Kohlberg e Piaget é “como deve-se agir?”

Piaget afirma que o ser autônomo apenas legitima princípios e regras morais inspiradas pela reciprocidade, igualdade, equidade e pelo respeito mútuo. Kohlberg é ainda mais preciso: afirma que o desenvolvimento moral segue em direção ao ideal de justiça, e que na fase superior de evolução a moral é necessariamente pensada em termos universais, pois o sujeito vê antes a si próprio como membro da humanidade, e não apenas de determinada sociedade. (YVES DE LA TAILLE 2007)

O presente trabalho, além da introdução será dividido em um referencial teórico o qual norteará toda a pesquisa, abrangendo conceitos de fair-play na perspectiva de alguns autores, as teorias de julgamento moral com ênfase nos valores morais, seguido dos procedimentos metodológicos, resultados, discussões e considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 *Fair play*

O termo *fair play* é entendido na língua portuguesa e francesa como “Espírito esportivo”. (Santos 2005, p. 19)

Lenk apud Rubio (2001) conceitua o *fair-play* de duas maneiras, formal e não formal.

Fair-play formal – está relacionado diretamente ao cumprimento de regras e regulamentos que o participante da competição deve cumprir, em princípio, sendo considerado como uma ‘norma obrigação’. *Fair-play* não formal – relaciona-se ao comportamento pessoal e aos valores morais do atleta e daqueles envolvidos com o mundo esportivo. Não está limitado por regras escritas e é legitimado culturalmente. A ausência de uma regulamentação oficial confere a ele um caráter subjetivo.

Segundo Rubio e Carvalho apud MONTEIRO (2007) no esporte para crianças e jovens, as ações, atitudes e comportamentos baseados no *fair-play* são: serenidade, generosidade, respeito, cordialidade, solidariedade, amizade, equilíbrio, honestidade, dignidade, entre outros.

Santos (2005) em sua pesquisa sobre *Fair Play* relata que:

Segundo Abe (1988) a primeira utilização apontada pelo "The Oxford English Dictionary on Historical Principles" foi na obra de Shakespeare "A vida e a obra do rei John", de 1595, em uma cena em que um homem participa de uma audiência com o rei. Nesta situação o termo Fair Play" (Espírito Esportivo) foi utilizado como sinônimo de senso ou espírito de justiça social, equidade e imparcialidade, nas diversas situações de vida vividas pelas pessoas. Nos demais dicionários pesquisados por Abe (1988) apareceram sempre como definição do termo "Fair-Play" (Espírito Esportivo) as palavras justiça, justiça social, conduta honesta e conduta imparcial.

Para Caillé apud GOMES (1999), a falta de espírito desportivo constitui um tipo de “roubo”, não contra as regras, mas contra o espírito do jogo. Para este mesmo autor *Fair-play* quer dizer jogo limpo. Porém, a palavra “fair” na língua inglesa possui os significados de justiça e equidade, por um lado, e agradabilidade e beleza por outro. Já em francês, o jogador descrito pelo *fair-play* é aquele que joga bem, elegantemente, com boa graça e preocupado em fazer o jogo limpo, demonstrando o seu prazer e sua beleza, acima de vencer a todo custo.

Este conceito foi formulado a partir dos códigos particulares “Vitorianos Britânicos”. A tradição britânica do esporte da educação das escolas públicas influenciou Pierre de Coubertin, um francês de formação aristocrata, a divulgar tais valores universalmente para promover a paz mundial e o desenvolvimento individual e social.

Santos (2005) em sua pesquisa relata que o Comitê Internacional de *Fair-Play*, o Comitê Olímpico Internacional, o ICSPE (International Council of Sport and Physical Education) e outros organismos internacionais criaram uma comissão de especialistas de vários países para preparar um documento sobre o *Fair-Play*, o qual foi publicado em 1975. O documento elaborado apresentava as seguintes orientações:

1. O Fair-Play é demonstrado pelo participante das atividades esportivas, pela observância das regras do esporte;
2. É importante reconhecer que, por trás das regras escritas, estão regras implícitas, o espírito ou intenção correta ou leal, nas quais estão envolvidos os competidores esportivos;

3. Os comportamentos segundo o espírito do Fair-Play serão reconhecidos pelas ações de:
- Não questionamento das decisões dos árbitros, a não ser que o regulamento do esporte o permita;

- Jogar para vencer deve ser o primeiro objetivo, porém recusar a vitória por qualquer meio;
- Honestidade, correção e uma atitude digna quando os outros participantes não jogam de forma justa;

- Respeito aos colegas da sua própria equipe;
- Respeito aos adversários e o reconhecimento da importância destes para que a competição se realize;

- Respeito aos árbitros através da atitude positiva, tentando colaborar com este a todo momento;
- O Fair-Play envolve modéstia na vitória e elegância na derrota, assim como generosidade na criação de sinceras e duradouras relações humanas;

- O Fair-Play não é uma responsabilidade apenas dos competidores. Treinadores, árbitros, espectadores e todas as pessoas envolvidas na competição têm um importante papel no desenvolvimento de atitudes positivas, para, principalmente, envolver os participantes da competição em um comportamento de tolerância (Internacional Council of Sport and Physical Education, 1975, p. 2-5) Apud Santos (2005)

Parry apud Gomes (1999) sugere três significados relacionados ao fair-play:

1) fair-play é primeiramente uma virtude de aderência às regras, as quais todos tem o dever de tolerar - como um “contrato de competição”; 2) pode também incluir um compromisso de competir em tal espírito a ponto de levar as boas ações acima ou abaixo daquelas estritamente caracterizadas pelas regras, embora não sejam deveres; 3) se refere também a uma atitude geral com relação ao esporte (e na própria vida) envolvendo respeito pelos outros, modéstia na vitória, serenidade na derrota e generosidade.

Ao longo da história do esporte este vem sofrendo alterações nas suas regras, já o conceito de fair-play parece que vem sem mantendo íntegro. Caillé realça essa afirmativa quando destaca uma principal regra para definir o fair-play: “as práticas vão contra o fair-play se elas são prováveis de serem proibidas por uma nova regra”. (GOMES 1999)

Desta maneira, pode-se afirmar resumidamente que o Espírito Esportivo é um conjunto de normas prescritas e normas não prescritas nos códigos esportivos que envolvem comportamentos de acordo com um código de ética humano, que indica respeito, tolerância, igualdade, etc. (SANTOS 2005)

2.2 Moral e ética

Por muito tempo a moral foi compreendida como um conjunto de normas a serem seguidas.

O bem e o mal, nessa concepção, são pensados exatamente como normas que vem de fora. E se nos perguntarmos o que define ou classifica tais condutas como boas ou ruins, poderemos ter como resposta: a razão” (YVES DE LA TAILLE 2009 p. 16)

Segundo este mesmo autor, se a moral é a busca pelo bem, concordaríamos com Hutcheson, que afirma ter duas fontes morais: o bem de si e o bem do outro.

Para o behaviorismo (ponto de vista comportamental) e a psicanálise (ponto de vista afetivo), a moral é algo que vem da sociedade e posteriormente é internalizado passando a ser próprio da pessoa.

A moral é definida como "conjunto de regras de conduta, consideradas como válidas e éticas, quer de modo absoluto para qualquer tempo ou lugar, quer para grupos ou pessoa determinada" (Aurélio Buarque de Holanda). "A palavra MORAL vem de costume (mos, palavra latina). Significa o que é honesto e virtuoso". Diz que uma conduta é moral quando segue os princípios socialmente aceitos (bons costumes; boa conduta, honestidade).

A ética foi entendida como parte do pensamento filosófico e ficou conhecida como filosofia moral e princípios ideais do comportamento humano, pois a ética significa os costumes e a boa conduta da sociedade.

A palavra "ética" vem do Grego "ethos" que significa "modo de ser" ou "caráter". (Aurélio Buarque de Holanda).

[...] A teoria do dever ético, defendida por Kant, propõe que o conceito ético seja extraído do fato de que cada um deve se comportar de acordo com princípios universais.[...] Kant propôs que os conceitos éticos sejam alcançados através da aplicação de alguns princípios ou regras, a saber: qualquer conduta aceita como padrão ético deve valer para todos os que encontrem na mesma situação, sem exceções; só se deve exigir dos outros o que exigimos de nós mesmos; devemos agir de alguma forma que a causa que nos levou a agir possa ser transformada em lei universal (CHAUÍ, 1997, p.346)

A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais. Do ponto de vista da Filosofia, ela é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade. Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética. E estes servem para que haja um equilíbrio e um bom funcionamento da sociedade. (COTRIN 2006)

2.3 O desenvolvimento moral segundo Piaget

“Toda moral consiste num sistema de regras, e a essência de toda moralidade deve ser procurada no respeito que o indivíduo adquire por essas regras” (PIAGET 1994, p. 23).

Para compreender o desenvolvimento moral Piaget (1977), pesquisou crianças entre quatro e treze anos de idade em situação de jogo com regras.

Ele nos explica como surge o respeito às regras, e o julgamento moral na criança. Veremos como isso ocorre na infância, pois a “moral infantil esclarece, de certo modo, a do adulto” (Piaget, 1977).

Para Piaget (1977) A moralidade, na criança, vai desenvolvendo-se aos poucos, a partir da sua interação com o meio. A consciência moral da criança não é herdada, não nasce pronta, acabada.

Piaget focaliza o comportamento moral, o conhecimento do certo e do errado, dando a ideia do sujeito humano autor do processo moral.

As regras morais que o indivíduo, quando criança, aprende a respeitar são transmitidas já elaboradas pelos adultos. Não de acordo com as necessidades e interesses das crianças.

Os estudos realizados por Piaget (1977) demonstram a existência de um processo de construção da moralidade, em “estágios” universais e organizados hierarquicamente. O autor considera serem três os estágios de julgamento moral nas crianças: a pré-moralidade ou anomia em que o indivíduo carece de todo sentido de obrigação para com as regras sociais, ou seja, não existem regras e normas; a heteronomia ou o realismo moral, em que há uma relação de submissão ao poder, o certo é obedecer às ordens da pessoa que detém a autoridade, os deveres são vistos como externos, impostos, e não como obrigações elaboradas pela consciência; e, por último, a autonomia moral, que é caracterizada por um novo sentido dado às normas, já que o sentimento de aceitação ou de obrigação para com estas normas está fundamentado nas relações de trocas mútuas e de reciprocidade. Na autonomia moral o indivíduo adquire consciência moral. Os deveres são cumpridos com consciência de sua necessidade e significado.

“A autonomia só aparece com a reciprocidade, quando o respeito mútuo é bastante forte, para que o indivíduo experimente interiormente a necessidade de tratar os outros como gostaria de ser tratado”. (Piaget 1994, p. 155)

Segundo o autor, a criança chegará nesse estágio quando descobrir que a veracidade é necessária nas relações de simpatia e de respeito mútuo e quando a consciência da criança considerar como necessário um ideal, independente de qualquer pressão externa.

Já no sujeito heterônomo, a fonte da obediência é externa, pois são os outros que sabem o que é bom ou mal. Se em um extremo das relações entre as pessoas formadoras dos sentimentos morais está o respeito unilateral, no outro extremo está o respeito mútuo. Este respeito constitui-se entre iguais, sendo feita a abstração de qualquer autoridade (PIAGET, 1977).

Se na moral heterônoma a regra é externa, o adulto possui a autoridade e a criança o medo da perda de amor. Com o tempo, a partir das interações sociais estabelecidas, vai ocorrendo uma desmistificação do adulto, ela vai aos poucos percebendo que ele falha e, assim, diminui o temor pela perda do amor do adulto, e ela começa a querer o respeito por si, dando início ao respeito mútuo, o qual ainda é uma mistura de afeição e medo. Entretanto, esse medo não é o de vir a ser punido ou repreendido, nem medo de ameaças com sanções físicas ou psicológicas e sim um temor de decair aos olhos do outro.

Com o respeito mútuo, aos poucos, a criança vai substituindo suas relações baseadas unicamente na obediência, passando a fundamentá-las também na reciprocidade. Esse respeito é considerado por Piaget (1994) como a segunda possibilidade de socialização. Da mesma forma que a heteronomia é característica do respeito unilateral, o respeito mútuo leva à autonomia moral. De acordo com as fases de desenvolvimento humano de Piaget, a partir dos sete, oito anos de idade, a criança entra no período das operações concretas, em que o egocentrismo dá lugar à capacidade de estabelecer relações e coordenar pontos de vista diferentes, possuindo as condições intelectuais de tornar-se autônoma, não mais legitimando uma regra pela simples autoridade em si, passando a entendê-la como um contrato entre os iguais. Ou seja, antes o adulto era visto como alguém superior às regras, portanto, não precisava cumpri-las, e a justiça, ou o que era considerado certo ou errado, procedia dele; com o respeito mútuo, o outro passa a ter os mesmos direitos e deveres que a criança, a regra e a justiça passam a serem as mesmas para ambos. Assim, segundo Piaget (1994), no respeito mútuo, a ação das pessoas é orientada pela legalidade de fato ou de direito.

Para Piaget (1994), a pessoa autônoma considera, por decisão própria, o outro além de si. Dessa forma, o autor não fala em autonomia como uma simples independência em fazer coisas sem o auxílio de alguém. Ao contrário, o indivíduo, que é autônomo moralmente, segue um código de ética interno, regras morais próprias, regras que emergem dos sentimentos internos da necessidade em como tratar os outros. O sujeito racionalmente decide qual o melhor procedimento, o que é certo ou errado, mas leva em consideração, ao tomar decisões, os direitos, o ponto de vista do outro.

Com o respeito mútuo, a criança vai substituindo, progressivamente, suas relações embasadas tão somente na submissão à autoridade, passando a fundamentá-las também na reciprocidade.

Piaget (1977, p. 348) afirma que a cooperação conduz “não simplesmente à obediência das regras impostas, quaisquer que elas sejam, mas sim a uma ética de solidariedade e reciprocidade”. Com a cooperação entre iguais, aparece os sentimentos de justiça, daquilo que é justo e injusto e o sentimento de um bem interior.

De acordo com as pesquisas de Piaget (1994), o autor pode concluir que há três grandes períodos do desenvolvimento da justiça na criança, o primeiro estendendo-se até os sete, oito anos, o qual a justiça está subordinada à autoridade adulta, o segundo período entre oito e onze anos, é o do igualitarismo progressivo, e por fim um período que se tem seu início por volta dos doze anos, em que a justiça igualitária é temperada pelas preocupações de igualdade.

“É só por volta dos dez/doze anos, que as sociedades infantis atingem um máximo de organização e codificação das regras, que a justiça se liberta dos elementos externos” (Piaget 1994, p. 239). E o senso de justiça só se desenvolve na proporção dos progressos de cooperação e do respeito mútuo, primeiramente cooperação entre as crianças, depois entre crianças e adultos, na medida em que a criança caminha para a adolescência e se considera como igual ao adulto (Piaget 1994).

Quando as obrigações são baseadas na reciprocidade e nas trocas cooperativas, e a pessoa já considera o propósito e as consequências da obediência às regras, é que o indivíduo encontra-se no terceiro estágio de desenvolvimento moral, que é a autonomia moral, como vimos anteriormente.

Assim sendo, para Piaget (1994), as fontes da autonomia seriam as relações de respeito mútuo, de reciprocidade e de cooperação. Para a criança ter a possibilidade de ir construindo gradualmente sua autonomia moral, faz-se necessário que ela conviva com adultos, num ambiente em que exista o respeito mútuo. Visto que a essência da autonomia moral encontra-se nas relações democráticas, esse ambiente deve, também, propiciar trocas sociais entre pares. Pois só haverá respeito mútuo se a criança vivenciar relações de cooperação, sendo que a cooperação ocorre necessariamente a partir da convivência da criança com seus pares.

2.4 Desenvolvimento moral segundo Kohlberg

Lawrence Kohlberg dedicou-se a estudar o desenvolvimento moral do ser humano, baseando-se nas ideias de Piaget, se aprofundou e lançou sua teoria identificando também níveis e estágios de desenvolvimento moral.

Para Kohlberg, a sequência de estágios que uma pessoa passa é universal e invariável ou seja, todas as pessoas de culturas diferentes passam pela mesma seqüência de estágios, na mesma ordem, embora nem todos alcancem os níveis mais elevados.

A teoria da moral de Kohlberg é a teoria da justiça moral. Ao aplicar seus dilemas nas pesquisas, considerava que há, certamente, uma relação entre as perspectivas de nível social e as perspectivas de nível moral: Os estágios do juízo moral são estruturas de pensamento sobre a prescrição das regras e dos princípios que obrigam os indivíduos a agir por formas consideradas moralmente corretas” (Kohlberg, 1981/1992, p. 571) apud Lima 2004.

Kohlberg apresenta uma conceituação mais precisa dos estágios de moralidade, sobre os quais também perpassa a dimensão da heteronomia-autonomia.

O autor afirma que as pessoas podem defender a mesma ação por razões muito diferentes, que representam distintos estágios do raciocínio. Kohlberg baseou toda a sua teoria nesse pensamento de autonomia, para a formação de indivíduos verdadeiramente conscientes e comprometidos com pensamentos e atitudes morais. A teoria sustenta que o raciocínio moral, a base para a ética do comportamento, tem

seis estágios de desenvolvimento. Considera que o desenvolvimento moral se desenrola em seis estágios independentemente da cultura, grupo social ou país. Cada estágio apresenta características próprias, estando relacionado com a idade e representando um sistema de organização mais compreensivo e qualitativamente diferente do estágio anterior.

Os seis estágios de desenvolvimento propostos por Kohlberg estão incluídos em três níveis: o pré-convencional (estágios 1 e 2), o convencional (estágios 3 e 4) e o pós-convencional (estágios 5 e 6).

O nível pré-convencional é característico das crianças menores de 9 anos, de alguns adolescentes e de muitos criminosos adolescentes e adultos. O nível convencional é da maioria dos adolescentes e dos adultos da sociedade norte-americana (Colby & Kohlberg, 1984). Pode-se dizer que isso ocorra também em outras sociedades ocidentais, inclusive a brasileira (Biaggio, 1975;1976), e talvez nas sociedades não ocidentais (Snarey, 1985).

O nível pós-convencional é alcançado por uma minoria de adultos (em torno de 5%), geralmente depois dos 20 a 25 anos. O termo convencional não caracteriza indivíduos deste nível como incapazes de diferenciar entre moralidade e convenção social, mas que a moralidade consiste de sistemas de regras morais, papéis e normas socialmente compartilhados. Abaixo os níveis e os estágios de Kohlberg discriminados de acordo com Biaggio (2002).

Nível pré-convencional

Neste nível o jovem está atento às normas culturais, aos rótulos de bem e de mal, de certo e de errado, mas o interpretam baseando-se nas conseqüências hedonísticas/físicas da ação (punição, recompensa, troca de favores) ou, então, com base no poder físico daqueles que estipulam as normas. O nível é dividido em dois estágios:

Estágio 1: orientação para a punição e obediência.

O que determina a bondade ou a malícia de um ato são as conseqüências físicas do ato em si, sem considerar o significado humano e o valor de tais atitudes e conseqüências. Evitar a punição e obedecer ilimitadamente são valores em si mesmos, não por respeito a uma ordem moral sustentada com a punição e a autoridade.

Estágio 2: orientação relativista instrumental

A ação justa é aquela que - de modo instrumental – satisfaz às minhas necessidades e, ocasionalmente, às dos outros. As relações humanas são vistas de modo similar às comerciais. Estão presentes os elementos de honestidade, reciprocidade e partilha, mas tais elementos são interpretados de modo concreto ou pragmático. A reciprocidade é vista como "tu me gratificas e eu te gratifico", e não como lealdade, gratidão ou justiça.

Nível convencional

Neste nível, a manutenção das expectativas da família, do grupo, da nação é vista como válida em si mesma, sem considerar as conseqüências óbvias e imediatas. A atitude é não somente de conformidade com as expectativas pessoais e com a ordem social, mas de lealdade à ordem constituída: manter ativamente, sustentar e justificar a ordem instituída e identificar-se com as pessoas ou com os grupos envolvidos. Este nível compreende dois estágios:

Estágio 3: orientação interpessoal do "bom menino, boa menina"

É bom aquele comportamento que agrada aos outros, os ajuda e é por eles aprovado. Há muita conformidade com a imagem estereotipada daquilo que constitui um comportamento "natural" e próprio da maioria dos homens. O comportamento é, muitas vezes, julgado com base nas intenções. A "boa intenção" torna-se, pela primeira vez, importante. Ganha-se a aprovação dos outros sendo simpático e gentil.

Estágio 4: orientação à lei e à ordem constituída

Há uma orientação para a autoridade, para as regras fixas e para a manutenção da ordem social. O comportamento correto consiste em fazer o próprio dever, mostrar respeito pela autoridade e manter a ordem social única e especificamente pelo desejo de mantê-la.

Nível pós-convencional: autônomo

Neste nível, há um esforço claro do indivíduo para definir os valores morais e os princípios que têm validade e aplicação, prescindindo da autoridade dos grupos ou das pessoas que mantêm tais princípios, aos quais não se identifica. Este nível tem dois estágios:

Estágio 5: orientação legalista para o contrato social

Geralmente apresenta características utilitárias. A ação certa tende a ser definida em termos de direitos gerais do indivíduo e modelos criticamente

examinados e convenientes à sociedade. Neste estágio a lei é uma invenção dos homens, criada democraticamente para resolver suas próprias necessidades. A Lei serve para tornar todos iguais, e os homens podem criticá-la caso ela não seja direcionada para o bem comum.

De acordo com Kohlberg (1969; 1976; 1981; 1984), o desenvolvimento moral obedece a uma seqüência progressiva e invariante de estágios, cujo fator promocional de mudança de um estágio inferior a outro, qualitativamente superior, é o conflito cognitivo. Assim sendo, a passagem para um nível superior de raciocínio moral pode, por vezes, ser estimulada através da vivência desses conflitos, que pode ser propiciada pela discussão em grupo.

Estágio 6 - Princípios universais de consciência.

Neste estágio, o pensamento pós-convencional atinge seu nível mais alto. O indivíduo reconhece os princípios morais universais da consciência individual e age de acordo com eles. Se as leis injustas não puderem ser modificadas pelos canais democráticos, o indivíduo ainda resiste a elas. É a moralidade da desobediência civil, dos mártires e dos revolucionários, e de todos aqueles que permanecem fiéis a seus princípios ao invés de se conformarem com o poder estabelecido e com a autoridade.

3.METODOLOGIA

3.1 Objetivo: Este estudo tem por objetivo descrever e comparar as atitudes morais de adolescentes atletas de voleibol com adolescentes escolares em situações de jogo.

3.2 Tipo de pesquisa: Esta se caracteriza como uma pesquisa descritiva comparativa com abordagem qualitativa.

3.3 Sujeitos da pesquisa: Participaram da pesquisa 14 adolescentes do sexo feminino, de 13 a 16 anos, praticantes de voleibol. Dentre elas, 7 treinavam em um clube na cidade de Porto Alegre RS, as quais responderam os questionários individualmente e outras 7 adolescentes que participavam de jogos escolares na cidade de Bento Gonçalves RS, as quais foram entrevistadas individualmente. (Os dados das escolares faziam parte de uma pesquisa anterior para meu trabalho de conclusão de curso de Licenciatura em Educação Física).

3.4 Instrumento de coleta de dados: Foram utilizados 7 dilemas morais em situações de jogo.

Dilema moral de acordo com DE VRIES e ZAN(1998, p. 98), caracteriza-se por ser uma situação na qual reivindicações, direitos ou pontos de vista conflitantes podem ser identificados.

Para a aplicação dos dilemas foi entregue aos pais das adolescentes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, onde foram informados dos objetivos da realização deste estudo, sendo que todas as participantes da pesquisa concordaram em responder os dilemas e tiveram o consentimento dos pais.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dilema 1:

O placar do set no jogo está 24x23 para a equipe adversária. A equipe adversária realiza o ataque e a bola toca no seu bloqueio. O árbitro não vê que a bola desviou do bloqueio e confirma o ponto para a sua equipe. Você comunica o árbitro que a bola desviou do seu bloqueio? Por quê?

Figura 1 - Quadro de respostas das participantes ao dilema moral 1

Escolares	Atletas
1. “Não, pois a minha equipe iria me xingar e a equipe adversária iria ganhar o set”	1. “Não. Porque na prática, se o juiz não viu, é o que conta
2. “Não, pois quero ganhar o set e o jogo”	2. “Depende. Tenho algumas dúvidas, perder esse set faria com que eu perdesse o jogo? ou esse é o primeiro set do jogo? Depende o momento, decidimos isso de forma mais impulsiva do que pensada. Se fosse um jogo decisivo, certo que não avisaria. Mas se fosse um jogo onde a derrota não alterasse muita coisa (por exemplo, se meu time já está virtualmente eliminado), então acredito que eu avisaria
3. “Não, porque quero ganhar”	3. “Não avisaria. Pois assim iria entregar o set pra outra equipe. Poderia ser uma final, se o árbitro não viu comemoro a chance e foco pra ganharmos”
4. “Não pois quero ganhar e estou jogando para o meu time”	4. “Claro que não. Isso é trabalho dele, o meu não é de avisá-lo e sim dar o meu melhor no jogo pra que possamos vencer.”

5. “Não, porque o time se esforçou para chegar no 23o ponto, eu jogo para meu time	5. “Não avisaria. O árbitro tem que prestar atenção no jogo, e avisando eu estaria dando a vitória pra outra equipe.
6. “Não, porque iria prejudicar meu time e quero ganhar”	6. “Não avisaria, iria aproveitar a distração para ganhar vantagem para a minha equipe.”
7. “Não porque iriam perder o ponto”	7. “Não iria comunicar ao árbitro por se tratar do ponto final para o fechamento do set, é dever dele observar o jogo com atenção.”

Nessa situação todas as participantes escolares não avisariam o árbitro. Os motivos encontrados foram a importância da equipe e desejo da vitória.

Já o grupo das atletas tem uma maior justificativa nas respostas. A maioria não avisaria, pois não cabe a elas essa tarefa. Em todas as respostas vemos a importância da vitória em primeiro plano, é claro também, a abstenção da culpa por parte da maioria, já que o árbitro não viu e trata-se de um ponto que pode ser decisivo não há necessidades de comunicá-lo.

Podemos perceber uma ausência de *fair-play* por parte dos dois grupos, aquele que se refere às atitudes mais subjetivas, ao comportamento pessoal e valores morais do atleta, que não está limitado por regras escritas. Como cita Santos (2005) entre vários outros aspectos, o *fair play* é visto como: Respeito aos árbitros; através da atitude positiva, tentando colaborar com este a todo momento. O *fair-play* envolve modéstia na vitória e elegância na derrota.

É interessante destacarmos a justificativa da atleta número 2, ela tem condições que influenciariam suas escolhas, nesse caso a vitória que define sua atitude nesse dilema.

Para Kohlberg independentemente se as respostas fossem sim ou não o que determina o estágio moral do indivíduo, é o raciocínio utilizado para justificar a resposta. Ele observava a estrutura do pensamento utilizada para responder aos seus dilemas, se a pessoa escolhe ações que a beneficiem ou se está preocupada com a lei estrita.

Percebemos uma posição de omissão por parte de todas as participantes, considerando um momento específico da derrota, o que parece que para elas a

tensão na situação decisiva da competição e a influência da equipe podem interferir na conduta moral, sejam elas escolares ou atletas.

Dilema 2

Se o placar estivesse favorável para a sua equipe, avisaria o árbitro que a bola desviou no bloqueio?

Figura 2 - Quadro de respostas das participantes ao dilema moral 2

Escolares	Atletas
1. "Avisaria, porque sim"	1. "Também não. Porque com esse ponto ganharíamos o jogo"
2. "Não, porque mesmo ganhando um ponto pode fazer a diferença"	2. "Nesse caso eu avisaria"
3. "Não, porque acabaria logo o jogo"	3. "Sim."
4. "Não, porque um ponto faz a diferença"	4. "De jeito nenhum. Minha função não é de apitar o jogo."
5. "Depende de quanto e do campeonato, nos jogos Clelianos já aconteceu com 25x1, eu não falaria pra entrar para a história"	5. "Avisaria, se caso alguém da outra equipe tivesse visto e reclamasse para o árbitro."
6. "Não, porque iria prejudicar meu time e quero ganhar"	6. "Não. Como disse antes, iria aproveitar dessa vantagem."
7. "Sim, porque estaríamos ganhando"	7. "Não. Ele que tem que ter mais atenção."

Neste dilema podemos perceber que nove delas ficariam na mesma situação de omissão, enquanto que quatro das participantes, sendo duas escolares e duas atletas, avisariam o desvio da bola no bloqueio. Aproximando-se à honestidade e aos princípios do *fair-play* por conveniência do placar favorável.

Vale chamarmos atenção para a atleta número 5, como ela preocupa-se com a equipe adversária, mesmo que pela conveniência de estar ganhando demonstra uma preocupação com o julgamento do outro. Nesse caso, concordaremos com Yves de la Taille (2009) quando afirma que o que define ou

classifica uma conduta como boa ou ruim é a razão pela qual ela é adotada. Segundo este mesmo autor, se a moral é a busca pelo bem, concordaríamos com Hutcheson, que afirma ter duas fontes morais: o bem de si e o bem do outro.

Dilema 3

A sua equipe está perdendo o set e a outra equipe está em um momento muito bom do jogo. O técnico da sua equipe não tem mais pedidos de tempo disponível. Nessa situação você simularia uma lesão para tentar dar uma “esfriada” na outra equipe? Porquê?

Figura 3 - Quadro de respostas das participantes ao dilema moral 3

Escolares	Atletas
1. “Não, porque não teria essa ideia, poderia deixar o time tenso e mais preocupado”	1. “Não porque estaria “esfriando” a minha equipe também.”
2. “Não, não precisa fazer isso, se é bom ganha no jogo”	2. “Não faria. Tenho muita raiva de situações semelhantes. Essa atitude é pior do que não avisar a marcação errada do árbitro.”
3. “Podia ser, porque daí iria confundir a concentração do outro time”	3. “Não porque poderiam me substituir.”
4. “Não porque ai é sacanagem, se a técnica pedisse, hum, talvez”	4. “Se fosse um jogo decisivo e estivéssemos perdendo por muita diferença ai simularia.”
5. “Sim, para ajudar a equipe”	5. “Simularia para esfriar o jogo e tentar ajudar meu time, isso desestabilizaria o oponente.”
6. “Não, porque além de estar mentindo poderiam descobrir e prejudicar meu time”	6. “Simularia para distrair e quebrar a concentração do time adversário.”
7. “Não porque sei lá, isso é meio, né!”	7. “Simularia. Para dar uma esfriada no

Não porque não é certo”	jogo, acho que o time deve se favorecer de todas as situações possíveis, isso acontece em todos os esportes, e provavelmente o time adversário simularia também.”
-------------------------	---

Essa situação competitiva contextualiza com um momento específico da derrota, levando o jogador a uma atitude extrema, pela vitória a qualquer preço. Entretanto seis delas, sendo cinco escolares e uma atleta, desaprovam essa ideia, mostrando um padrão de justiça e honestidade. Vale chamar a atenção para a justificativa da atleta 2, em que demonstra indignação a esse tipo de atitude e declara ser uma atitude pior que ficar omissa ao árbitro nas situações anteriores.

Das demais participantes que não simulariam, entre elas, duas de cada grupo não teriam essa atitude para não prejudicar o time. Reforçando a constante preocupação com a equipe e a influência desta nas suas atitudes.

Das escolares, apenas a número 3 e 5 demonstraram a possibilidade de simular lesão, mostrando uma forte tendência à “vitória a qualquer preço” e afastando-se dos conceitos de *fair-play* e “jogo limpo”. Enquanto que quatro das atletas que simulariam, justificam a atitude pela importância da equipe, da vitória e por atrapalhar o desempenho da outra equipe. Essas justificativas também afastam-se dos conceitos de *fair-play* e jogo limpo.

Relembrando que o Espírito Esportivo é um conjunto de normas prescritas e normas não prescritas nos códigos esportivos que envolvem comportamentos de acordo com um código de ética humano, que indica respeito, tolerância, igualdade, etc. (SANTOS 2005)

Vale também destacar a resposta da escolar número 4, em que diz não simular uma lesão por não ser algo politicamente correto, porém se fosse pedido da técnica era algo a se pensar. Pensando nos conceitos e princípios de *fair-play*, ela mostra ter consciência desses valores morais e éticos, porém a equipe está acima de tudo. Mas cabendo somente a ela tomar uma decisão “desonesta” não faria.

MONTENEGRO (1994) em sua dissertação de mestrado, afirma que somos constantemente levados a tomar decisões, e estas são profundas, peculiares a cada indivíduo e influenciam o caminho da sua própria existência. E para que o indivíduo possa assumir seu processo de desenvolvimento moral, é necessário que lhes sejam oferecidas condições favoráveis para que tome decisões adequadas; responsabilize-se pelas decisões assumidas, avaliando adequadamente os motivos que o levaram a tomar sua decisão.

Nesse dilema é onde encontramos maior diferença nas justificativas entre escolares e atletas. Por ser o mais polêmico, as escolares em sua maioria demonstram um padrão de justiça, e aí percebemos um significado de vitória diferente entre os dois grupos, as atletas mesmo as que não simulariam, com exceção da no 2, justificam não tomar tal atitude pois poderia prejudicar e afastá-las da vitória. Vemos nesse dilema claramente a ausência do espírito esportivo quanto mais aproximamos da competitividade, baseando-se no conceito citado por Santos (2005) em que o jogador descrito pelo *fair-play* é aquele que joga bem, elegantemente, com boa graça e preocupado em fazer o jogo limpo, demonstrando o seu prazer e sua beleza, acima de vencer a todo custo.

Dilema 4

Em um momento decisivo do jogo, ao tentar realizar um bloqueio para tentar interceptar o ataque adversário, você encosta no bordo superior da rede, porém o árbitro não vê. Você comunica o árbitro? Porquê? Sua atitude seria outra dependendo do momento do jogo?

Figura 4- Quadro de respostas das participantes ao dilema moral 4

Escolares	Atletas
1. “Nem que a vaca tussa! Fico quieta”	1. “Não comunicaria porque estaríamos decidindo o jogo e dependendo do nível da competição e da importância da vitória pra equipe, se sinalizasse, seria visto pela equipe como traidora.”
2. “Não, porque ninguém viu, não precisa ficar discutindo e brigar com o	2. “Provavelmente avisaria, mas dependeria do momento do jogo.”

time”	
3. “Não se é decisivo, se eu avisasse o árbitro meu time iria me xingar”	3. “Não porque não seria vantagem pra minha equipe. e talvez comunicasse se a equipe adversaria fosse muito ruim. Mas, se tem árbitro ele é quem tem que ver.”
4. “Não, pois quero ganhar, se o árbitro não viu o problema é dele”	4. “Não comunico. Como falei anteriormente, se ele não viu o problema não é meu.”
5. “Não, porque é um momento de decisão, não para dar ponto ao adversário”	5. “Comunicaria se gerasse uma discussão por parte da equipe adversária, caso alguém tivesse visto. Se aquele ponto fosse fundamental pra vitória da minha equipe eu não avisaria.”
6. “Não, porque se eu tivesse perdendo faria falta esse ponto”	6. “Não, porque qualquer atitude que favoreça a minha equipe seria de melhor aproveitamento do jogo, independente da atenção do árbitro, pois os lances validados pela arbitragem são os que importam.”
7. “Não, porque sempre faço isso, não tem porque falar”	7. “Dependeria muito da situação do jogo, mas lembrando que o árbitro que tem a obrigação de observar com atenção. Mas em pontos iniciais de uma partida, talvez pudesse avisar.”

Entre as respostas, podemos novamente perceber grandes preocupações com a equipe e o desejo de vitória. Em um momento decisivo do jogo nenhuma das escolares se acusaria da infração. Para elas a atitude de omissão não implica em desonestidade ou não “jogar limpo”, pois essa decisão é do árbitro, se ele não viu não é algo que tenha que ser comunicado.

Já as atletas analisam com mais frieza e profundidade a situação. Para elas as tomadas de decisões são baseadas no nível da competição, na vantagem do placar, no momento do jogo e no nível do time adversário.

Para Kohlberg(1972) as pessoas podem defender a mesma ação por razões muito diferentes, que representam distintos estágios do raciocínio.

De acordo com as orientações do fair-play nessa situação de jogo, tanto as escolares como as atletas não respeitariam os princípios deste, quando sabemos que ele é demonstrado pelo participante da atividade esportiva, como conhecimento e respeito às regras do esporte, respeito e colaboração para com o árbitro com honestidade.

Dilema 5

Ao realizar um bloqueio a bola toca levemente em um de seus dedos. O árbitro marca ponto para a equipe adversária e seus companheiros de equipe, pensando que a bola não teria desviado em você, reclamam para o árbitro. Você avisa aos seus companheiros que a bola desviou em você? Por quê? Você reclamaria junto com seus companheiros, considerando que a bola tocou levemente e o árbitro já tinha errado bolas semelhantes no decorrer do jogo?

Figura 5 - Quadro de respostas das participantes ao dilema moral 5

Escolares	Atletas
1. "Fico quieta"	1. "Sim, avisaria que a arbitragem foi correta para que isso pudesse mostrar que o juiz está sendo correto."
2. "Avisaria, porque tocou mesmo, não teria porque enganar"	2. "Humm interessante. Em situação normal, certamente avisaria que bateu. Mas se o árbitro já cometeu diversos erros semelhantes antes, então eu não avisaria e, ainda por cima, iria reclamar junto, pra equilibrar os erros cometidos."
3. "Avisaria para minhas colegas de equipe, para o árbitro não porque é 1 ponto a mais para meu time"	3. "Sim. Aviso. Porque se o árbitro viu e realmente aconteceu está tudo certo. Além do que, se o árbitro já havia errado, eu sei que tocou, não acho interessante causar mais confusão no árbitro, pois isso o deixaria nervoso e implicaria diretamente

	no jogo.”
4. “Sim, já aconteceu, o árbitro ficou brabo comigo, as minhas colegas brigaram com ele mesmo ele estando certo”	4. “Ficaria na minha. Caso elas perguntassem ai falaria a verdade.”
5. “Sim, porque se o árbitro viu eu seria injusta com ele”	5. “Avisaria as colegas sim. Até porque seria a palavra do árbitro contra a minha, não dá pra ficar se queimando, ele iria me marcar.”
6. “Sim, porque não mentiria, falaria a verdade indiferente dos pontos”	6. “Avisaria para não tumultuar o jogo e retornarmos o mais rápido possível para reverter o lance desfavorável.”
7. “Sim, porque tocou na minha mão”	7. Se o lance tivesse sido duvidoso a todos, mesmo tendo tocado iria reclamar junto com o time, ainda mais se lances parecidos já tivessem prejudicado meu time antes.”

Essa é uma situação clara de justiça com o árbitro. Ao contrário da anterior, essa implica em falar a verdade já que o árbitro viu e agora não está somente nas mãos dele. Cinco das escolares avisariam. Essas respostas se aproximam do conceito de fair-play, honestidade e justiça.

Piaget (1994), afirmou que os sentimentos morais estão todos ligados ao respeito que os indivíduos sentem uns pelos outros.

Uma das escolares avisaria apenas para a equipe, aqui mais uma vez vemos a importância da equipe em todas as decisões. E a escolar número 1 não avisaria. Se compararmos as suas respostas às outras situações veremos que em alguns momentos ela se contradiz nas suas decisões, por exemplo, na situação 2 em que o placar é favorável ela avisaria ao árbitro mesmo ele não tendo visto, já nesse caso em que não foi dito se o placar era favorável ou não, ela seria omissa, percebemos que acima de tudo o que lhe é mais importante é a vitória.

Balbinotti e cols(2005) dizem que as ações éticas não convivem bem com as contradições.

Já as respostas do grupo das atletas são mais variadas. Quatro delas avisariam, dentre os motivos que as fariam avisar, a importância da equipe está bem evidente, também para não prejudicar o andamento do jogo.

Destacamos as respostas das atletas 2 e 7, onde elas dizem que não avisariam e como o lance foi duvidoso mesmo e o árbitro já tinha errado outras vezes, elas aproveitariam da situação e reclamariam junto com a equipe. Percebemos uma ausência de justiça e honestidade na intenção delas, e suas atitudes também se distanciaram dos conceitos de fair-play, espírito esportivo e “jogo limpo”, vistos anteriormente. Nas respostas deste dilema percebemos uma maior competitividade voltada para a vitória por parte das atletas em relação às escolares.

Dilema 6

A equipe adversária realiza o saque e a bola cai dentro da quadra. Você viu que a bola foi dentro, mas o árbitro marca bola fora. Você comunica o árbitro que a bola foi dentro?

Figura 6 - Quadro de respostas das participantes ao dilema moral 6

Escolares	Atletas
1. “Aconteceu em um jogo que eu tava na quadra, não avisaria, a técnica pediu pra eu ficar quieta”	1. “Não comunicaria pois estaríamos decidindo o jogo e dependendo da competição e da importância da vitória pra equipe, se sinalizasse, seria visto pela equipe como traidora.”
2. “Não, deixa assim, se ele tivesse visto eu até mentiria, mas deixa assim”	2. “Depende da competição. Mas acredito que não tem porque avisar, deixaria a decisão com o árbitro.”
3. “Não, minha equipe continuaria pontuando”	3. “Não.”
4. “Não, porque quero ganhar”	4. “Claro que não. Não se desperdiça pontos assim, se ele marcou ponto pra gente o negócio é comemorar.”
5. “Não, porque é 1 ponto a menos para meu time”	5. “A gente não precisa ficar avisando o árbitro de tudo que acontece, cada um

	com sua função, já viu jogador de futebol dizendo que não foi pênalti para seu time?”
6. “Não, porque dependendo das colegas ficariam bravas, e em uma decisão poderiam ser prejudicadas”	6. “Não comunico, como disse antes, os lances validados pela arbitragem são indiscutíveis, só eles podem validar ou anular algum lance.”
7. “Não, porque o outro time faria a mesma coisa não falando”	7. “É dever do árbitro observar com atenção os lances do jogo, até mesmo porque dependendo da posição e da velocidade da bola é possível haver engano tanto meu quando do árbitro.”

Nessa situação percebemos novamente que todas as participantes ficam em posição de omissão. A escolar número 1 não avisaria, pois já passou por essa situação e lhe foi passado pela técnica para que ficasse quieta. Vemos a influência desta nas atitudes morais das atletas.

A escolar número 2 declara que até mentiria caso ele tivesse visto, se contradizendo com a resposta da situação anterior onde disse que não teria porque enganar, mostrando não ter uma maturidade em relação aos seus valores morais, e conceitos de justiça e honestidade.

As escolares 3, 4 e 5 demonstram a mesma preocupação com a vitória. E a número 6 demonstra uma preocupação maior com a equipe. Enquanto que a escolar 7 não avisaria justificando sua atitude, nas atitudes de outros.

As atletas explicam suas respostas pela importância da competição e repassam a responsabilidade ao árbitro. Vale destacar as respostas das atletas 5, 6 e 7. Elas se justificam com a “normalidade” que erros acontecem nos esportes e que cada um tem sua função restrita, e se o árbitro se engana na sua tarefa é aceitável aproveitar da situação.

Esta é uma situação na qual o jogador não transgredir a regra, mas corrompe o conceito mais amplo de *fair-play*.

Dilema 7

Sua atitude seria outra dependendo do momento do jogo?

Figura 7 - Quadro de respostas das participantes ao dilema moral 7

Escolares	Atletas
1. "Iria manter a opinião para beneficiar meu time"	1. "Não."
2. "Se tivesse ganhando, mentiria dizendo que foi fora"	2. "Então, depende da competição, se não tivesse muita importância e o erro do árbitro gerasse uma discussão por parte da equipe adversária, talvez avissasse para acabar a discussão."
3. "Não, para ganhar mais rápido"	3. "Se estive 24 a 1 no último set, sim."
4. "Não"	4. "Não."
5. "Se o placar fosse humilhante 23x4 para meu time, eu avisaria"	5. "Não."
6. "Se fosse no meio de um set, falaria"	6. "Poderia ser. Se não tivesse muita importância a partida, ou se estivéssemos na frente."
7. "Não, porque iam me matar"	7. "Dependendo do momento do jogo e da importância da partida para a equipe, é possível que seja diferente a opinião e a ação do momento."

A maioria das escolares continuou com a mesma opinião de omissão, pelos mesmos motivos de desejo da vitória e importância da equipe.

Percebemos nas respostas das escolares 5 e 6 e da atleta 3 um certo oportunismo na ocasião, comparando com a situação anterior. Mostrando que suas atitudes no jogo são de acordo com a situação do placar e não com os valores morais e éticos.

Quanto às atletas, vemos nesse dilema que a simples vitória na partida não está acima de tudo. Mais que ganhar a qualquer custo é a importância da partida, o que essa vitória vai gerar, se vai acarretar benefícios ao time, se é

decisivo, vale romper alguns conceitos de fair-play, mas se estão jogando simplesmente para cumprir tabela não há necessidade de romper com esses valores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando os dilemas morais de acordo com o encontrado na literatura, na maioria das respostas tanto as adolescentes escolares, quanto as atletas, demonstraram algumas atitudes baseadas no *fair-play*, para com a equipe. Porém para com o árbitro essas atitudes deixaram a desejar.

Se pensarmos nos estágios de desenvolvimento moral propostos por Kohlberg, percebemos que as adolescentes atletas apresentam mais características do nível moral convencional, o qual a maioria dos adolescentes e adultos se localizam. E ao contrário das escolares mostraram maiores justificativas e condições nas suas escolhas. O que para Kohlberg, que analisava de acordo com as justificativas que levariam os indivíduos a tal ponto, independente da atitude tomada, é o fator determinante para reconhecer o nível de desenvolvimento moral do indivíduo. Mesmo que o objetivo do estudo não seja identificar o estágio moral a qual cada participante pertence, um aspecto importante a ser destacado é a idade das adolescentes. As escolares tinham de 13 a 16 anos, sendo que apenas uma delas tinha 16 anos, enquanto que as adolescentes atletas, todas tinham 16 anos completos. O que poderia explicar um maior raciocínio nas justificativas.

Não encontramos diferenças relevantes no nível de competitividade entre os grupos, porém o grupo das atletas mostrou se importar mais com a vitória se esta tiver algum significado maior além do simples fato de vencer uma partida. Por exemplo em um campeonato.

Para Proença & Constantino (1998) quanto mais a competição faz parte do esporte, o *fair-play* vai cedendo espaço ao vale-tudo e que a “vitória, e somente a vitória” mostra ser uma exigência do esporte contemporâneo, seguindo a tendência da sociedade atual, de caráter altamente quantitativo e competitivo.

Segundo Rúbio (2003) existem diferentes motivos competindo pelo comportamento do indivíduo atleta, e aquele ao qual for atribuído maior significado passará a influenciar sua atitude. Uma visão que tem prevalecido no esporte é a de que as metas dos atletas se concentram na competição e na conquista de marcas sempre superiores e quando um atleta tem determinação por vencer a qualquer preço e a instituição e equipe que o cercam compartilham desse espírito, alguns excessos podem ser cometidos, fazendo com que valores éticos sejam deixados de lado.

Para Samulski (2002) no esporte-espetáculo somente há vencedores e vencidos, o que produz uma grande tensão. Ninguém quer pertencer à segunda categoria, ninguém quer ser um perdedor, pois a sociedade somente valoriza os ganhadores.

Segundo Weinberg e Gould (apud BALBINOTTI 2011) a competitividade das pessoas pode ser orientada à vitória ou a um objetivo (sem necessariamente incluir a vitória como o aspecto fundamental). Assim, por um lado, pessoas com orientação dirigida à vitória possuem foco na comparação interpessoal e na vitória de competições. Já, por outro lado, pessoas com orientação a um objetivo possuem foco em padrões de desempenho pessoal e na melhoria de suas marcas e habilidades.

Para BALBINOTTI; SALDANHA; BALBINOTTI (2009), a intensidade dessas orientações da competitividade deve afetar a forma como o atleta percebe a situação competitiva. Somam-se a isso, as pressões exercidas por professores ou treinadores que, quando supervalorizam os resultados competitivos, podem provocar consequências negativas à participação desportiva desses atletas (REINBOTH; DUDA, apud BALBINOTTI 2011).

Como complementa Gomes (1997) que segundo Cruz (1994) e Gonçalves (1996) alguns comportamentos que aparecem numa partida em ambiente competitivo, são regulados não somente pela concepção do jogador sobre o que é ético ou não, mas pela expectativa do técnico, dos organizadores ou mesmo da família. Por isso pode haver diferenças entre o discurso e a ação dos jogadores, comprometendo muitas vezes a própria intenção.

Dessa forma é fundamental pensar na função da Educação Física para a transmissão de valores usando essa poderosa ferramenta que é o esporte, pensando nos benefícios deste para a educação e para a vida.

Para Bento (2004) o desporto na vida do homem o ajuda a construir as suas histórias e seus legados de princípios e ideais. Pois competindo aprende-se a cooperar, e esta é a base de uma duradoura relação de companheirismo.

Entretanto a prática do esporte sem considerar os valores éticos e morais parece deixar de lado a possibilidade deste em influenciar nas atitudes de respeito mútuo, solidariedade e dignidade entre os participantes.

Os valores do jogo, adquiridos no palco desportivo, não se confinam nesse espaço, transitam para além dele (Bento 2004). Também segundo o mesmo autor,

atualmente existe uma crise ideológica e axiológica, onde os valores e princípios que deveriam comandar as nossas vidas foram deixados de lado. Refletindo também nas nossas aulas de Educação Física. Pois a sociedade em que vivemos exalta em demasia a vitória a qualquer custo, contudo cabe a nós educadores arrumarmos meios para trabalharmos com esse problema, sem deixarmos de valorizar a vitória, mas que esta seja de forma justa respeitando as regras do jogo e o adversário.

6. REFERÊNCIAS

BALBINOTTI, Marcos Alencar Abaide; BALBINOTTI, Carlos Adelar Abaide; BARBOSA, Marcus Levi Lopes; SALDANHA, Ricardo Pedrozo. **Estudos fatoriais e de consistência interna da Escala Balbinotti de Motivos à Competitividade no Esporte (EBMCE-18)**. Motriz, Rio Claro, v.17 n.2, p.318-327, abr./jun. 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz/article/view/1980-6574.2011v17n2p318/pdf_102>. Acesso em 26 de Mai. 2012.

BALBINOTTI, Carlos; BALBINOTTI, Marcos; BARBOSA, Marcos; JUCHEM, Lucianda; SANTOS, Luciano; **Doping no esporte problematização ética**. Revista Brasileira Cienc. Esporte, Campinas, v 27, n.1, p. 113-122, set/2005.

Disponível em: <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE/article/view/137>
Acesso em 26 de Mai. 2012

BETTI, I.C. R, BETTI, M. **Novas perspectivas na formação profissional em educação física**. Revista Motriz-v.2, n.1 p.12, jun/1996.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. **Lawrence Kohlberg: ética e educação moral** São Paulo 2002.

BIAGGIO, Angela Maria Brasil. **Kohlberg e a “comunidade justa”**: promovendo o **senso ético e a cidadania na escola**. Artigo 1994

CHAUI, M. **Convite a Filosofia**. 9. ed. São Paulo: Ática. 1997. p.19-53.

COTRIM, Gilberto. **Fundamentos da Filosofia. História e grandes temas**. 16 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

DE LA TAILLE, Yves, Maria Suzana De Stefano Menin; Alessandra de Moraes Shizu...[e col] **Crise de Valores ou valores em crise?** Porto Alegre: Artmed 2009

DE LA TAILLE, Yves. **Moral e Ética: Dimensões Intelectuais e Afetivas** Porto Alegre: Artmed 2007

DE VRIES, Rheta & ZAN, Betty. **A Ética na educação infantil: o ambiente sócio-moral na escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998;

DIETRICH, K. DURWACHER, G. SCHALLER, H. **Os grandes jogos. Metodologia e prática**. tradução: Renate Sinderman, Rio de Janeiro, ao livro técnico, 1984.

FINI, Lucila Diehl Tolaine. **Desenvolvimento moral: de Piaget a Kohlberg**. Revista Perspectiva, ISSN print 0102-5473, ISSN 2175-795X Florianópolis, Santa Catarina, Brasil (1991)

GOMES, Marta C. (1999). **Solidariedade e Honestidade: os fundamentos do fair-play entre adolescentes escolares**. In TAVARES, O. & DACOSTA, L. (Eds.) Estudos Olímpicos. Rio de Janeiro: Editora Gama Filho, 1999.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Ed Positivo 1975.

MARTINELLI, Marilu. **Aulas de transformação: o programa de educação em valores humanos**. São Paulo: Peirópolis, 1996

MONTEIRO, Alberto de Oliveira (2007): **Desporto: Da excelência a virtude, um caminho de vida para as crianças, jovens e adultos**. Braga. Instituto de Estudos da criança/Universidade do Minho.

MONTENEGRO, Eduardo Luiz Lopes. **A Educação Física e o Desenvolvimento Moral do Indivíduo numa perspectiva Kohlberguiana**. Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 1994. 93p.

PEREIRA, J.M. **A formação do bacharel em educação física e esporte: em contexto, as disciplinas de voleibol**. Rio Claro: universidade estadual paulista, p. 24. 2004.

PIAGET, Jean. **O Juízo Moral na Criança**. São Paulo: Summus, 1994.

PIAGET, Jean. **O julgamento moral na criança**. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

PROENÇA, J.; Constantino, J.P. **Olimpismo, desporto e educação**. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas. (1998)

RUBIO, K.; M. Lúcia Silva. **Superação no esporte: limites individuais ou sociais?** Revista Portuguesa de Ciências do Desporto, 2003, vol. 3, no 3 [69–76]

RUBIO, K. . **O fair play como valor ético do esporte e sua relação com a ética da Psicologia: haveria alguma diferença?** . In: Simpósio Internacional de Psicologia do Esporte., 2001, São Paulo. CD ROM do Simpósio Internacional de Psicologia do Esporte., 2001.

SAMULSKI, D. M. **Psicologia do esporte**. São Paulo: Editora Manole. 2002

SANTOS, Antônio Roberto Rocha. **Espírito esportivo – Fair Play e a prática de esportes**. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. Ano 4, n. 4, 2005.

SANTOS, H (2005). **Dos valores éticos à prática desportiva – Estudos com jovens do 3º ciclo do ensino básico**. Dissertação de mestrado. Universidade do Porto.

SITES

<http://www.webartigos.com>

www.scielo.com.br

<https://scholar.google.com.br>

7. APÉNDICE A

7.1 TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O menor _____, sob sua responsabilidade, está sendo convidado (a) como voluntário (a) a participar de uma pesquisa de Trabalho de Conclusão de curso de Educação Física da UFRGS. Nesta pesquisa, pretendemos verificar as atitudes de atletas juvenis de voleibol, frente a dilemas morais em situações de jogo.

Para esta pesquisa adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): um questionário com 7 dilemas morais em situações de jogo de voleibol.

Para participar desta pesquisa, o menor sob sua responsabilidade não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Ele será esclarecido (a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. A participação dele é voluntária e o pesquisador que irá tratar a identidade do menor com padrões profissionais de sigilo. O menor não será identificado em nenhuma publicação.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida ao Sr. (a).

Eu, _____, portador (a) do documento de Identidade _____, responsável pelo menor _____, fui informado (a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Recebi uma via original deste termo de consentimento livre e esclarecido.

O pesquisador(a) responsável por este projeto de pesquisa é a aluna Aniele Noll e o orientador é o Professor Doutor Adroaldo Cezar Araujo Gaya.

Telefone do pesquisador: (51) 92697979 .

Assinatura do pesquisador

Assinatura do Orientador

Porto Alegre RS, ____ de _____ de 2015.